

Relatório resumido

Internacionalização do ensino superior: modelos transnacionais e regulamentação na América Latina

Ênfase especial em Brasil com o Reino Unido em perspectiva



Expediente

British Council

Equipe das Américas

Angy Herrera
Lisdey Espinoza
Patricia Santos
Vera Oliveira

Equipes dos países

Brasil

Diana Daste
Marcela Gobo

México

Arturo Mendoza
Monica Angulo

Peru

William Machaca

Equipe de pesquisa

Janet B Ilieva
Vangelis Tsiligiris
Pat Killingley
Antônio Ferreira de Lima Júnior
Samanta Bonelli

Equipe de comunicação

Fernanda Medeiros
Gerente de Marketing Sênior

Agradecimentos

Esta publicação foi possível graças ao apoio de grandes colaboradores e parceiros. O British Council gostaria de agradecer a todos os entrevistados, formuladores de políticas e partes interessadas no ensino superior responsáveis pela internacionalização, que contribuíram para a pesquisa que fundamenta este relatório.

Gostaríamos também de agradecer à equipe de pesquisa contratada para desenvolver este estudo. Seu compromisso contínuo e experiência foram fundamentais na formação e execução de um trabalho de qualidade indiscutível.

© British Council 2024



Visão geral

Este é um breve resumo da pesquisa “O panorama da educação transnacional e o reconhecimento mútuo de qualificações na América Latina, com ênfase especial em Brasil, México e Peru”. Desenvolvido pelo British Council, o relatório analisa as oportunidades e os desafios das parcerias de educação transnacional e o papel do reconhecimento mútuo de qualificações na facilitação dessas parcerias.

Para estabelecer os benefícios da internacionalização do ensino superior, a pesquisa estudou:

- 1** O engajamento internacional no ensino superior entre o Reino Unido e a América Latina.
- 2** O panorama do ensino superior internacional nos países estudados: Brasil, México e Peru.
- 3** As políticas regulatórias para a educação transnacional no Brasil, no México e no Peru.
- 4** Os benefícios e desafios das parcerias de educação transnacional conforme percebidos pelas partes interessadas do ensino superior e do governo nesses países.
- 5** A importância dos acordos de reconhecimento mútuo de qualificações para a internacionalização da cooperação no ensino superior e, em particular, para o crescimento da educação transnacional.



Principais resultados da pesquisa | Na íntegra

Foi realizada uma análise dos dados quantitativos atuais sobre a colaboração entre o Reino Unido e a região da América Latina. Essa análise se concentrou nos três principais componentes da internacionalização do ensino superior: mobilidade internacional de estudantes, colaborações em pesquisas e parcerias em educação transnacional. Esses fatores ajudam a entender o contexto em que a internacionalização do ensino superior e a educação transnacional (TNE) operam nos três países. Além disso, a pesquisa apresenta algumas comparações com outras regiões do mundo com relação ao desenvolvimento e ao cenário da internacionalização do ensino superior.

1. O estado da internacionalização do ensino superior entre Reino Unido e Brasil, México e Peru

Uma característica marcante do engajamento na internacionalização do ensino superior nos países estudados é o papel fundamental do financiamento e do apoio do governo. De acordo com a pesquisa, as relações de ensino superior entre o Reino Unido e os países estudados prosperaram quando foram incentivadas por iniciativas apoiadas pelo governo.

1A. Mobilidade de estudantes internacionais

Nas últimas duas décadas, houve pouca mobilidade entre a América Latina e o Reino Unido. A América Latina foi responsável por aproximadamente 1% dos estudantes com mobilidade internacional no Reino Unido. No Brasil, o pico de mobilidade, em 2015, foi impulsionado pelo programa Ciência sem Fronteiras. O número de estudantes mexicanos atingiu o pico no ano seguinte, com um recorde histórico de quase 2 mil estudantes.

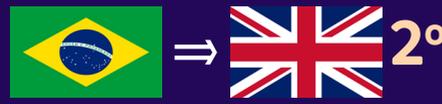
745

estudantes de educação transnacional do Reino Unido foram recebidos pelo Brasil em 2021-22.

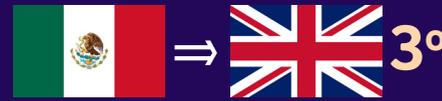


1B. Colaborações internacionais em pesquisas

O Reino Unido tem uma colaboração ativa em pesquisa com o Brasil, o México e o Peru. A análise bibliométrica mostra que o Reino Unido está entre os principais parceiros de pesquisa dos três países e representa entre 4% e 6% da produção de pesquisa colaborativa.



maior parceiro de pesquisa do Brasil, depois dos EUA.



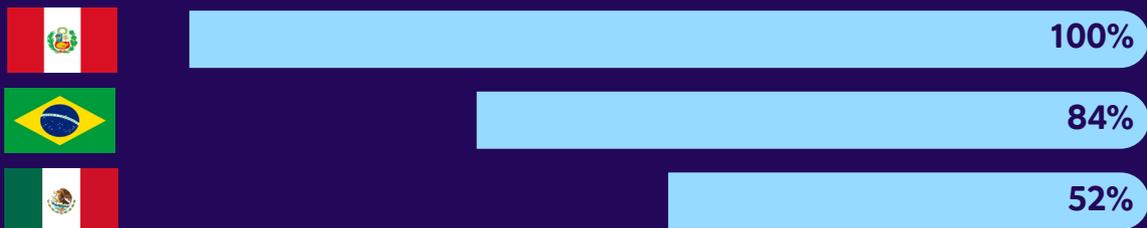
maior parceiro de pesquisa do México, depois dos EUA e da Espanha.



1C. Educação transnacional

Em comparação com o resto do mundo, as parcerias de educação transnacional (TNE) entre o Reino Unido e a América Latina continuam limitadas. Na região, o México é o país mais ativo para TNE, com quase 900 estudantes indo para o Reino Unido em 2021-22. O Brasil recebeu 745 estudantes de TNE, e o Peru teve 405 no mesmo período. De acordo com o Aggregate Offshore Record da Agência de Estatísticas de Ensino Superior (HESA) do Reino Unido, as parcerias de TNE são limitadas fora do fornecimento de ensino a distância e educação online.

Ensino a distância e educação online em TNE



- Aggregate Offshore Record da Agência de Estatísticas de Ensino Superior (HESA) do Reino Unido sobre ensino a distância e educação online.
- Parcerias de educação transnacional (TNE) com o Reino Unido em 2021-22.

2. Prioridades de internacionalização do ensino superior nos países pesquisados

Estudar no exterior e participar de intercâmbios acadêmicos são as principais prioridades de internacionalização do ensino superior no Brasil (76% das instituições de ensino superior entrevistadas), no México (78%) e no Peru (75%). Na sequência, as áreas mais importantes são a colaboração internacional em pesquisas (65% das instituições de ensino superior pesquisadas nos três países) e as parcerias internacionais (64%).

O estudo no exterior e participar de intercâmbios acadêmicos são a principal prioridade da internacionalização do ensino superior:



Áreas mais importantes
(Brasil, México e Peru):



Colaborações internacionais em
pesquisas são prioridade para:



3. Estruturas regulatórias para a educação transnacional (TNE)



Brasil: embora a internacionalização do ensino superior seja uma prioridade crescente para muitas instituições de ensino superior no Brasil, não existe uma estrutura regulatória que facilite as parcerias internacionais, resultando em pouca atividade em termos de mobilidade internacional de programas e instituições acadêmicas. As instituições francesas e alemãs foram indicadas como as principais parceiras de educação transnacional (TNE) pelas instituições de ensino superior pesquisadas.



México: o ambiente regulatório no México é favorável à TNE, especialmente nas áreas de diplomas duplos. Existem vários acordos que facilitam o reconhecimento mútuo de qualificações. Em nível nacional, há uma política e um processo simplificados para o reconhecimento de qualificações estrangeiras. O Ministério da Educação do México lidera o reconhecimento de diplomas de ensino superior.



Peru: embora não haja uma regulamentação específica para a TNE no Peru, existe uma regulamentação para a operação de universidades estrangeiras no país. Essas universidades precisam de licenciamento, mesmo em parceria com universidades peruanas. As reformas regulatórias do governo local a partir de 2014 destacaram a internacionalização como uma área crucial para melhorar a competitividade das universidades.

4. O valor da educação transnacional (TNE)

Os diplomas duplos são a atividade mais comum entre as instituições latino-americanas. Metade das instituições de ensino superior pesquisadas participa de cursos com diplomas duplos e 38% estão envolvidas na oferta online de cursos de universidades estrangeiras.

No Brasil, no México e no Peru, as universidades consideram as parcerias de TNE uma forma importante de internacionalizar e melhorar a qualidade do ensino superior. No entanto, há desafios institucionais e governamentais que dificultam esses esforços.

As partes interessadas brasileiras veem a TNE como um meio de alcançar maior internacionalização do ensino superior, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das regiões e comunidades locais. A TNE proporcionou cursos inéditos em determinadas regiões, fortaleceu vínculos com o mercado local e ajudou a reter talentos.

No México, quase todas as instituições que responderam à pesquisa concordaram que a oferta conjunta e a dupla diplomação aumentou a transferência de conhecimento. A percepção é de que os diplomas conjuntos melhoram a internacionalização da educação e a competitividade institucional.

O sistema de ensino superior do Peru é menos orientado internacionalmente do que os do Brasil e do México, e as partes interessadas destacam mais os benefícios potenciais em nível nacional.

50%

das instituições de ensino superior oferecem dupla diplomação.

40%

dos diplomas duplos do país no nível de licenciatura.

38%

das instituições de ensino superior participam da oferta online de cursos de universidades estrangeiras.

43%

das instituições de ensino superior brasileiras oferecem cursos de doutorado em regime de cotutela.



5. Desafios da educação transnacional

Os principais desafios identificados pelas partes interessadas dos três países são:

5A. Regulamentação: nenhuma estrutura legislativa ou regulatória do ensino superior em nenhum dos países foi redigida para incluir a TNE, indicando que esta não era uma prioridade política nem fazia parte das agendas governamentais. O compromisso com a TNE está se desenvolvendo mais rapidamente do que a capacidade dos países de estabelecer regulamentações adequadas.

5B. Custo da TNE: os custos envolvidos nas parcerias com as instituições de ensino superior do Reino Unido foram particularmente desafiadores. As instituições de ensino superior do Brasil, do México e do Peru podiam negociar acordos recíprocos para que as taxas de ensino não fossem cobradas por nenhuma das instituições, mas isso geralmente não era possível com o Reino Unido.

5C. Proficiência em língua inglesa: nos três países, o domínio do inglês foi um obstáculo significativo, diretamente vinculado à condição econômica das famílias. A TNE, geralmente realizada em inglês, desfavorece os alunos de origens menos privilegiadas.

5D. Capacidade institucional: a pesquisa revelou uma insuficiência de capacidade institucional, pois a TNE exige que as instituições de ensino superior destinem pessoal e recursos financeiros extras, mesmo com os orçamentos já sobrecarregados. O treinamento profissional da equipe para participar de parcerias de TNE é uma prioridade de desenvolvimento para as instituições.

5E. Falta de conhecimento sobre a TNE: pouco conhecimento sobre os benefícios da TNE para estudantes, instituições, empresas e agendas nacionais. Muitos participantes confundem a TNE com estudos no exterior. Em nível nacional, há poucas universidades com programas de TNE.

6. Recomendações

6A. Formuladores de políticas: é essencial aumentar a cooperação entre os governos do Reino Unido, do Brasil, do México e do Peru.

- Desenvolver um entendimento coletivo sobre a educação transnacional e seu potencial de contribuição para as agendas socioeconômicas desses países.
- Criar incentivos bilaterais (ou multilaterais), especialmente financeiros, para priorizar e apoiar as parcerias de TNE que agreguem valor às agendas nacionais. A pesquisa indica que programas de TNE bem-sucedidos são aqueles com apoio e financiamento governamental.
- Analisar como as redes de pesquisa disponíveis podem ser utilizadas para criar parcerias prioritárias de TNE e como as agências nacionais de financiamento podem colaborar para alcançar esse objetivo.
- Facilitar a operação de acordos de reconhecimento mútuo de qualificações (no México e no Peru), identificando e superando barreiras regulamentares e culturais que limitam sua eficácia. No Brasil, onde não existem tais acordos, é necessário identificar alternativas para o reconhecimento mútuo de diplomas.
- Colaborar com agências e instituições de ensino superior para desenvolver diretrizes nacionais que apoiem as universidades interessadas em participar da TNE.





6B. Instituições de ensino superior: há um grande interesse entre as instituições de ensino superior em aprofundar colaborações internacionais, apesar do conhecimento limitado sobre a educação transnacional (TNE). É uma oportunidade para aumentar a conscientização sobre a TNE e seus benefícios para as instituições e estudantes.

- Ampliar a conscientização sobre a TNE e seu valor potencial nas instituições.
- Incluir a TNE nas estratégias de internacionalização institucional, junto com colaborações de pesquisa e mobilidade de alunos e funcionários.
- Criar apoio institucional para o engajamento com a TNE, incluindo funcionários e recursos adequados como parte da distribuição principal das instituições.
- Desenvolver e compartilhar conhecimento entre as instituições, incluindo exemplos de modelos bem-sucedidos e práticas operacionais.

6C. Partes interessadas do Reino Unido: há uma oportunidade para o setor de ensino superior do Reino Unido fortalecer o relacionamento com alguns dos maiores sistemas de ensino superior do mundo.

- O apoio do governo do Reino Unido é fundamental para o sucesso do engajamento da educação transnacional (TNE) entre o Reino Unido e a América Latina. Esse apoio deve incluir a colaboração com os governos dos três países para oferecer incentivos financiados em conjunto.
- As instituições de ensino superior do Reino Unido precisam avaliar a viabilidade de oferecer educação transnacional (TNE) no idioma local. A TNE pode contribuir significativamente para a região quando adaptada às habilidades e demandas locais. Considerando as limitações de proficiência em inglês na América Latina, a oferta de TNE no idioma local ampliaria substancialmente o acesso a diplomas e qualificações internacionais.
- As instituições de ensino superior do Reino Unido também devem explorar o desenvolvimento de plataformas para projetos virtuais de aprendizado internacional colaborativo online (COIL) com a América Latina. Essas plataformas possibilitariam a aproximação entre instituições e estudantes, facilitando a mobilidade virtual entre elas.

Melhorias na colaboração internacional entre universidades do Brasil e do Reino Unido

Um estudo publicado em 2018 pelo International Journal of Education Management identifica três elementos principais para o desenvolvimento de parcerias internacionais sustentáveis:

1 a presença de uma estrutura política favorável

2 estratégia internacional clara e adequada em nível universitário

3 condições mais amplas dos fatores e ambiente externo em outros países

Uma **estrutura política favorável** inclui requisitos claramente definidos e facilmente acessíveis para diversos tipos de parcerias internacionais e medidas para o reconhecimento de qualificações estrangeiras.

Em **nível universitário**, é fundamental ter uma estratégia internacional com objetivos mensuráveis e recursos dedicados à implementação bem-sucedida.

As **condições e o ambiente externo** que favorecem o desenvolvimento e a sustentabilidade das parcerias internacionais incluem proficiência em idiomas estrangeiros, qualidade do ensino médio, qualidade do capital humano, infraestrutura de TI e capacidade de pesquisa e inovação do país.

Figura 2. Estrutura para o desenvolvimento de parcerias internacionais sustentáveis



Dado esse contexto, é importante considerar conselhos práticos e recomendações de políticas sobre como melhorar os vínculos internacionais entre as universidades brasileiras e britânicas. Essas recomendações são baseadas em uma ampla variedade de evidências reunidas no estudo realizado pelo British Council na América Latina em 2022/23, bem como em dados secundários de relatórios publicados e pesquisas acadêmicas.

Conselhos práticos para instituições de ensino superior brasileiras

Devido à complexa estrutura regulatória e de políticas no Brasil, as instituições de ensino superior brasileiras enfrentam uma alta carga administrativa para estabelecer e gerenciar parcerias internacionais. Essa situação representa um obstáculo significativo para o relacionamento com o Reino Unido e outras instituições de ensino superior estrangeiras e não pode ser resolvida apenas pelas universidades brasileiras.

Cenário atual da colaboração e barreiras às parcerias internacionais

Apesar do grande número de universidades no país, atualmente a colaboração internacional com o Reino Unido e outros países é bastante limitada em termos de ensino e oferta de programas.

A baixa internacionalização das universidades brasileiras pode restringir seu reconhecimento global, limitando colaborações de pesquisa e oportunidades de intercâmbio cultural. Essa falta de exposição internacional pode prejudicar o preparo dos estudantes para o mercado global e a capacidade das universidades de atrair financiamento internacional.

Em última análise, esses fatores podem afetar a diversidade das universidades, a qualidade das pesquisas e a competitividade no cenário educacional global.

Causas mais comuns da reduzida atividade de colaboração internacional nas universidades brasileiras

- Falta de uma estratégia de internacionalização focada e bem definida.
- Alocação limitada de recursos para buscar, cultivar e manter atividades internacionais.
- Barreiras linguísticas entre o corpo docente e os alunos.
- Falta de motivação do corpo docente para buscar, participar e apoiar atividades internacionais.
- O pouco impacto causado pelas atividades de internacionalização unidirecionais em comparação com o desenvolvimento de parcerias no contexto local.
- Carga regulamentar para projetos de educação transnacional (TNE), a ausência de uma estrutura regulatória específica e bem definida para TNE.

Uma das principais barreiras para a internacionalização das universidades brasileiras é a proficiência em inglês.

Recomendações para instituições de ensino superior brasileiras

Adesão do corpo docente e dos alunos

Para que o corpo docente e os estudantes se comprometam satisfatoriamente com projetos de colaboração internacional, é crucial justificar a importância desses projetos para a experiência dos alunos, a qualidade do ensino e dos resultados das pesquisas, além da visibilidade e da reputação global das universidades.

Com esse objetivo, as universidades brasileiras poderiam integrar a colaboração internacional como um elemento inerente à oferta local e uma parte indispensável do modelo de ensino.

Pontos fundamentais para comunicar esses benefícios às principais partes interessadas internas:

- as colaborações internacionais permitem expor os estudantes a diferentes ambientes de aprendizado, projetos de avaliação e oportunidades de aprendizado experimental.
- os projetos internacionais conduzem à inovação no ensino e ao fortalecimento do currículo.
- as parcerias internacionais melhoram as perspectivas de empregabilidade dos formandos.
- esses projetos promovem colaborações importantes em pesquisas que resultam em publicações de maior qualidade e impacto.



As experiências internacionais são consideradas **de alto valor** para o aprendizado dos alunos do ensino superior

Estratégia de internacionalização das universidades

É fundamental ter uma estratégia de internacionalização bem definida para comunicar às partes interessadas internas e externas os objetivos e as prioridades da universidade para a colaboração internacional.

Por isso, as universidades brasileiras devem procurar desenvolver essa estratégia com:

- objetivos mensuráveis sobre:
 - 1) mobilidade de alunos e professores; 2) colaboração em programas acadêmicos.
- metas específicas para medir a concretização dos objetivos da estratégia.
- incentivos ao corpo docente vinculados a metas nos esquemas de avaliação anual da equipe acadêmica e administrativa.
- recursos adequados atribuídos a cada um dos objetivos estratégicos, uma vez que o desenvolvimento e o gerenciamento da colaboração internacional exigem recursos substanciais.
- disponibilizar apoio financeiro, atribuição de funcionários, desenvolvimento de infraestrutura ou financiamento de parcerias como parte desses recursos.

Implementar a estratégia e fazer com que ela se propague por meio de exemplos

A implementação de uma estratégia de internacionalização é uma tarefa desafiadora, e é nesse ponto que a maioria das universidades enfrenta dificuldades. As partes interessadas locais nem sempre estão cientes de como isso pode ser alinhado com as atividades principais de ensino e pesquisa.

Uma solução prática para esse problema é começar com o foco em estabelecer uma colaboração exemplar que possa ser usada como referência em toda a organização.

Assim, a universidade pode definir e manter certos critérios sobre o tipo de atividades que podem surgir da estratégia de internacionalização. Além disso, para que a implementação seja bem-sucedida, é importante que as universidades brasileiras disseminem as informações em cada departamento.

1 As universidades brasileiras podem começar com um corpo docente/faculdade que esteja mais bem posicionado para estabelecer parcerias internacionais com universidades do Reino Unido.

2 Seleção de membros do corpo docente com experiência e interesse em colaboração internacional, que atuarão como representantes da internacionalização.

Competências linguísticas

A maioria dos projetos de colaboração internacional requer um bom nível de proficiência em inglês de todas as principais partes interessadas internas, como acadêmicos, alunos e administradores. No Brasil, essa exigência pode ser um desafio, pois o inglês é frequentemente visto como um fator de desigualdade e alienação.

Por outro lado, as universidades brasileiras têm um forte relacionamento internacional com países que não falam inglês. Esse fato pode gerar oportunidades únicas para projetos de colaboração entre diferentes países.

Para desenvolver a preparação e capacidade linguística, as universidades brasileiras poderiam:

1

criar programas de suporte em idiomas estrangeiros para alunos e funcionários. Esse suporte poderia incluir não apenas o inglês, mas também outros idiomas, com o objetivo de promover a colaboração internacional com uma gama mais ampla de países.

2

disponibilizar suporte em português para alunos e funcionários estrangeiros, proporcionando uma experiência mais abrangente e inclusiva para os visitantes. Além disso, essa iniciativa pode promover formas mais justas de colaboração.



Recomendações em nível de política

O Brasil possui uma estrutura ativa para a política de internacionalização do ensino superior, mas ela é limitada por lacunas significativas, especialmente no que diz respeito à educação transnacional. Uma estrutura regulatória e política mais abrangente, robusta e clara é essencial para o avanço do país em atividades de TNE.

Atualmente, a estrutura de políticas para a colaboração internacional no Brasil precisa de mais clareza e detalhes. Não existem exigências, diretrizes e pré-requisitos específicos para o desenvolvimento de projetos de educação transnacional.



Além disso, a ausência de uma estrutura bem articulada e de fácil acesso dificulta a participação de universidades estrangeiras interessadas em realizar projetos de colaboração no Brasil. Isso aumenta os riscos regulatórios e operacionais e impede que instituições de ensino superior de outros países firmem parcerias com suas contrapartes brasileiras.

A falta de uma estrutura clara para o reconhecimento de qualificações acadêmicas estrangeiras e, particularmente, a ausência de um reconhecimento mútuo operacional de qualificações entre o Reino Unido e o Brasil também dificulta o desenvolvimento de projetos de educação transnacional. Estabelecer tais acordos poderia ajudar a mitigar esses problemas, garantindo que as qualificações sejam reconhecidas além das fronteiras e facilitando o aumento da colaboração internacional.



Estrutura de políticas favorável à colaboração internacional no ensino superior

Uma estrutura regulatória clara e bem comunicada oferece maior transparência para universidades locais e estrangeiras quanto aos requisitos das parcerias internacionais. Esse aspecto é fundamental para reduzir os riscos operacionais e regulatórios enfrentados pelas universidades estrangeiras que buscam critérios detalhados e claros ao iniciar uma parceria internacional.

As autoridades e responsáveis pela formulação de políticas no Brasil devem se empenhar em criar uma estrutura de políticas favorável com as seguintes características:

1

política clara e concisa na definição dos requisitos de aprovação para cada tipo de mobilidade e colaboração internacional no ensino superior.

Nesse contexto, os responsáveis pelas políticas brasileiras devem considerar o desenvolvimento de uma estrutura de políticas para os principais tipos de educação transnacional, tais como:

- 1.1** oferta colaborativa, incluindo validação, franquias, diplomas duplos e conjuntos
- 1.2** campus de universidades estrangeiras
- 1.3** oferta de ensino online ou a distância

2

Estrutura facilmente acessível por meio de um portal online exclusivo para universidades brasileiras, estrangeiras e outras partes interessadas externas.

As universidades brasileiras precisam ter uma visão geral clara e concisa do contexto regulatório da colaboração internacional. É necessário definir, por exemplo:

- 2.1** o que é permitido
- 2.2** quais são os requisitos
- 2.3** qual é o processo e o cronograma para receber a aprovação regulatória

Para garantir o acesso das partes interessadas estrangeiras, a estrutura política deve estar disponível em inglês e em outros idiomas relevantes para os parceiros do setor de ensino superior brasileiro.

Além disso, o desenvolvimento da estrutura de políticas deve ser baseado nas prioridades estratégicas do governo brasileiro para a internacionalização do ensino superior. Isso inclui refletir as metas de mobilidade de entrada e saída de alunos e funcionários acadêmicos, bem como as áreas prioritárias de capacitação, inovação e pesquisa.

Por fim, a estrutura política deve ser desenvolvida em colaboração com as partes interessadas das instituições de ensino superior brasileiras, para que reflita as considerações estratégicas e operacionais.

Reconhecimento de qualificações estrangeiras e de educação transnacional

Os formuladores de políticas brasileiros devem se concentrar na criação de uma estrutura que possibilite o reconhecimento de qualificações estrangeiras, incluindo aquelas relacionadas à educação transnacional, com critérios claramente definidos.

O sistema de reconhecimento atual, que é baseado na autonomia das universidades brasileiras, deve ser respeitado e mantido. No entanto, é necessário estabelecer um processo de reconhecimento automático para créditos acadêmicos de qualificações estrangeiras, aplicável a países que cumpram certos critérios estabelecidos pelo setor de ensino superior brasileiro.

Essa necessidade deve ser refletida a partir do novo relatório da Unesco:



escaneie o código QR para acessar a **Convenção Regional da Unesco sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus no Ensino Superior na América Latina e no Caribe (NCRALC)**.



Além disso, a estrutura e a qualidade das qualificações de ensino superior dos países que fazem parte do Espaço Europeu de Ensino Superior apresentam características semelhantes que permitem uma abordagem padronizada de reconhecimento. Dessa forma, o setor de ensino superior brasileiro estará mais bem posicionado para estabelecer parcerias com universidades da EMEA (Europa, Oriente Médio e África), incluindo o Reino Unido.

ENesse contexto, o reconhecimento automático de créditos acadêmicos, baseado no Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS), pode facilitar o desenvolvimento de diplomas duplos e o intercâmbio de alunos.

Sobre o British Council

O British Council é a organização internacional do Reino Unido para promover relações culturais e oportunidades educacionais. Defendemos a paz e a prosperidade por meio da construção de conexões, compreensão e confiança entre as pessoas no Reino Unido e em países ao redor do mundo. Fazemos isso por intermédio do nosso trabalho nas áreas de artes e cultura, educação e língua inglesa. Trabalhamos com pessoas em mais de 200 países e territórios e estamos presentes em mais de 100 países. No ano fiscal de 2022-23, impactamos 600 milhões de pessoas.

www.americas.britishcouncil.org

